

Apresentação

Sérgio Pereira Leite

Professor do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ e Coordenador do Grupo IV – Instituições e Políticas Públicas do PIPSA, no período 1992-1996.

É com grande satisfação que apresentamos nesse volume os trabalhos divulgados junto ao Grupo Temático *Instituições e Políticas Públicas*, por ocasião do 18º Encontro Nacional do PIPSA, realizado em Campina Grande. Aspecto importante a ser ressaltado é o fato de que, nesse congresso, o grupo IV consolidou sua linha programática iniciada em 1992, com a reunião de Belo Horizonte. Na atual perspectiva ganham relevo as análises voltadas ao tratamento das políticas públicas direcionadas ao meio rural e das instituições envolvidas nesse processo, não limitando-se, necessariamente, ao contexto dos programas governamentais. Mesmo nesse último caso, buscou-se um desdobramento maior das diversas políticas existentes, quer ao nível do governo federal, quer

também em relação aos governos estaduais e municipais, enfatizando os estudos sobre o poder local aplicado à temática agrária.

Dos trabalhos contidos nessa publicação podemos destacar a ênfase sobre os programas de financiamento ao setor rural, estudado sobre diferentes ângulos. O artigo de Walter Belik, traça um panorama histórico do padrão de financiamento à agricultura e também ao setor agroindustrial, apontando as modificações existentes no período, sobretudo aquelas atinentes à fonte dos recursos empregados, com abertura para o peso dos instrumentos cuja origem dos recursos não estão relacionadas diretamente ao setor público. O autor procura, adicionalmente, tratar a importância que as organizações representativas das diversas cadeias

agroindustriais no país tiveram sobre o rearranjo da oferta de crédito ao setor agropecuário/agroindustrial.

Mantendo o foco sobre os programas de transferências de recursos públicos ao setor rural, o texto de Clarício dos Santos Filho analisa o Fundo Constitucional do Nordeste, seu impacto sobre o crédito rural e os agentes financeiros que o administram, especialmente o Banco do Nordeste. São resgatados os procedimentos adotados no repasse de recursos sob a ótica dos atores políticos envolvidos nesse processo, da vigência de lobbies e dos conflitos inter-burocráticos que perpassam a malha governamental. Pela mesma trilha segue o estudo de Eliano Sérgio Azevedo Lopes, intitulado "*Políticas públicas e organizações de interes-*

ses: o caso do PROCERA em Sergipe”, onde o autor trata das idas e vindas na constituição da Comissão Estadual que administra o programa de crédito rural voltado aos assentamentos de reforma agrária naquele estado.

Pelo exposto, nota-se que esses três artigos exploram, a partir de diferentes matrizes teóricas, a interface entre a análise política e a perspectiva econômica, reforçando uma característica importante do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, que é a interdisciplinaridade das pesquisas que sustentam as comunicações expostas no evento. Na ótica dos autores aqui mencionados, ganha peso a análise dos grupos de interesse e sua atuação junto às políticas agrícolas e agrárias.

Ainda mantendo a referência ao processo de transferência de recursos públicos ao setor rural, o exaustivo trabalho de Guilherme Delgado, volta-se sobre a previdência social rural. Como poderá ser observado pelo leitor, o autor procura argumentar sobre a importância que o programa, e as respectivas alterações verificadas a partir de 1991, teve sobre os rendimentos de parcela significativa do meio rural brasileiro, sobretudo na região nordestina. Mesmo não se tratando, *stricto sensu*, de uma política de crédito rural, a previdência, tratada enquanto política social, enquadra-se perfeitamente nessa tentativa mais ampla de redesenhar um mosaico sobre o padrão

de financiamento e repasse de recursos ao setor agropecuário.

Ainda sobre a região Nordeste, o presente volume contempla a publicação do artigo *“As relações entre os pequenos produtores e os poderes públicos: o caso da irrigação no semi-árido”*, de autoria de Eric Durousset, Ghislaine Duque e Francimar Fernandes. A partir de um estudo de caso sobre o projeto *Vereda Grande*, em Boqueirão, PB, os autores centram a análise na dimensão local/regional, e as possibilidades de reprodução de uma comunidade a partir da prática de culturas irrigadas.

Centrado numa problemática tão cara à região da seca, o texto de Francisco Menezes procura resgatar o conceito de segurança alimentar e sua aplicação ao contexto nacional. Inspirado no debate que tomou proporções mais significativas a partir da realização da Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma (1996), o trabalho avança na proposição da noção de *sustentabilidade alimentar*, como ponto básico à afirmação de um projeto de homogeneização social. Nesse sentido ganha relevo a importância atribuída às políticas públicas não necessariamente “agrícolas” voltadas ao assunto.

Finalmente, o grupo contou com um rápido retorno ao passado, a partir do estudo histórico de Márcia Menendes Motta, que tratou acuradamente os debates parlamentares sobre o Projeto de

Lei de Terras (1843/1850). Consolidando uma vertente anteriormente pouco explorada em reuniões anteriores do grupo e alargando os horizontes disciplinares de filiação dos pesquisadores freqüentadores de suas reuniões, esse trabalho resgata o significado desse marco legal sobre a situação social de sesmeiros e posseiros da época, bem como acerca da importância da “construção” da lei como referência aos conceitos e práticas jurídicas implementadas posteriormente.

Mesmo com um leque tão variado de temas, pareceu-nos factível estruturar a presente edição que reflete em boa medida a capacidade de articulação temática proporcionada pela orientação atual do grupo. Resta ainda nosso profundo agradecimento à Direção Nacional do Projeto e à Comissão Organizadora do Encontro, especialmente à Profa. Ghislaine Duqué, pela oportunidade de debater e divulgar tais iniciativas. Boa leitura!